

QUALIDADE DE VIDA: OPÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA¹

SOLÓN J. GUERRERO² e LUIS EDUARDO ACOSTA HOYOS³

RESUMO - O presente trabalho explora uma nova opção teórica e metodológica no intuito de facilitar e simplificar o estudo da qualidade de vida da população rural. A opção teórica é formulada a partir da teoria psicológica das necessidades humanas na medida em que a opção metodológica se refere à conservação de indicadores comparáveis tendentes à criação de perfis de qualidade de vida.

Termos para indexação: indicadores, metodologia social, índice.

QUALITY OF LIFE: THEORETHICAL STRUCTURE AND EMPIRICAL METHODOLOGY

ABSTRACT - The study explores a new theoretical and methodological option in the analysis of the quality of life for the rural population. The theory is formulated from the psychological theory concerning human necessities. The methodological option refers to the construction of comparable indicators which make possible the elaboration of quality of life profiles for rural populations.

Index terms: quality of life, methodology, social indicators, index.

INTRODUÇÃO

A qualidade de vida está relacionada com as opções econômicas e com o tipo de necessidades familiares e pessoais dos indivíduos. Nesse sentido, a qualidade de vida nos estratos afluentes da sociedade terá características e componentes diferentes das características e componentes da qualidade de vida dos setores mais pobres. Algumas vezes, no entanto, as mesmas características presentes nas camadas pobres da sociedade têm uma conotação diferente com relação à qualidade de vida dos estratos mais ricos.

¹ Recebido em 7 de julho de 1982.
Aceito para publicação em 4 de maio de 1983.

² Sociólogo, Ph.D., em Sociologia Rural, Post-Doutoral em Energia Rural, Professor da Universidade Federal de Viçosa no Departamento de Economia Rural, CEP 36570 - Viçosa, MG.

³ Sociólogo em fase de preparação de tese para o Doutorado, Técnico do DDM/EMBRAPA, Caixa Postal 04.0315, CEP 70312 - Brasília, DF.

Os componentes básicos do dia-a-dia, tais como alimentação, habitação e acesso aos serviços de saúde, revestem-se de um caráter condicionante para a sobrevivência biológica da família nos estratos mais pobres da sociedade. Nos estratos mais ricos, no entanto, esses componentes apresentam-se como pressupostos evidentes do elevado estilo de vida familiar.

A teoria da percepção das necessidades humanas, tal como é entendida pelos psicólogos, fornece um marco de referência teórico adequado para definir e selecionar os indicadores de qualidade de vida nos diferentes estratos sociais (Figura 1).

FIG. 1. Esquema hierárquico das necessidades humanas. (Adaptado de Whitaker, C. 1975, p.92).



Estabelecendo uma hierarquização das necessidades humanas, a psicologia cria um referencial teórico para atribuir, de forma mais específica, aos estratos menos privilegiados da sociedade os tipos de necessidades básicas, biológicas e físicas, representados na base da pirâmide hierárquica. Não se trata, contudo, de afirmar que as necessidades bási-

cas sejam diferentes nos diversos estratos sociais. Trata-se simplesmente de qualificar a ênfase das necessidades básicas em cada um dos estratos. Para os estratos sociais mais altos, a ênfase, de acordo com a mesma teoria, focaliza-se nas necessidades de caráter menos material, apresentadas na parte superior da pirâmide, tais como a autovalorização, a satisfação e a auto-realização.

A construção de um índice de qualidade de vida estará, portanto, condicionada ao tipo de população estudada. Nesse sentido, os sociólogos americanos são coerentes em entender a qualidade de vida em termos de conforto, proveniente da energia elétrica e dos hábitos de consumo. Sendo os Estados Unidos o maior consumidor "per capita" de energia e a maior sociedade de consumo do mundo, parece óbvio medir a qualidade de vida em termos de indicadores de consumo energético e hábitos de mercado (Buttle 1980, Coughenour 1980).

As populações dos países nórdicos da Europa, possuidores da renda "per capita" mais alta do mundo depois dos Estados Unidos, e com todos os serviços assistenciais socializados, desconhecem, praticamente, a pobreza e as incertezas econômicas da vida. Os cientistas sociais dos países nórdicos são também coerentes em entender a qualidade de vida desses países em termos de participação social, satisfação e auto-realização, provenientes da sua bonança econômica (Naess 1980).

Nos estratos menos privilegiados dos países em desenvolvimento, a qualidade de vida confunde-se, praticamente, com a sobrevivência biológica. As condições de vida, muitas vezes abaixo dos padrões aceitos como indispensáveis, não permitem a utilização de indicadores de consumo energético para definir o nível de qualidade de vida, porquanto a única energia consistentemente consumida é a alimentação, mesmo assim de forma deficiente. O dia-a-dia desse estrato da população está drasticamente restrito pela pobreza.

Os indicadores psicossociais são igualmente inviáveis, porquanto as populações pobres dos países em desenvolvimento apenas podem ter consciência clara de sua própria realidade. A percepção da realidade é um fenômeno psicológico que precisa de pontos de referência tangíveis para fazer-se consciente, e as populações extremamente pobres carecem dessas referências. Esse fato impossibilita entender e auto-avaliar os complexos sentimentos de insatisfação resignada ou de frustração aguda em que vivem essas populações.

No Brasil, uma série de pesquisas realizadas pela Sociologia Rural, na Universidade Federal de Viçosa, teve como ponto de partida a pressuposição teórica de que os indicadores da qualidade de vida do meio rural brasileiro deveriam ser determinados pelas condições de vida relacionadas com a sobrevivência biológica dessas populações e pelos fatores que

fazem possível essa sobrevivência. Nesse sentido, a abordagem teórica das pesquisas de qualidade de vida da UFV, coincide, em grande parte, com o referencial teórico da psicologia, escolhido para orientar o presente trabalho.

O presente trabalho representa um esforço para responder a alguns problemas tanto teóricos como metodológicos surgidos nos estudos da qualidade de vida. Embora sejam aproveitadas as experiências metodológicas dos trabalhos da UFV, sobre qualidade de vida, trata-se de formular, no entanto, uma metodologia mais simples, que permita comparar entre si os indicadores de qualidade de vida, bem como estabelecer perfis de qualidade de vida entre uma população rural e outra e entre os estratos de uma mesma população. O trabalho incorpora todos os resultados que, mesmo não diretamente pertinentes à formulação da metodologia, são considerados relevantes para esclarecer aspectos importantes da qualidade de vida rural.

O objetivo proposto é, portanto, formular um método simples que permita não só comparar entre si indicadores de qualidade de vida, como também determinar perfis de qualidade de vida de populações rurais e dos estratos dessas populações.

MÉTODO E ANÁLISE

Para atingir os objetivos da pesquisa, utilizaram-se os dados coletados pela UFV no Rio Grande do Norte, em 1979, dados relativos às categorias rurais de proprietários, arrendatários, parceiros e assalariados.

A descrição do Estado e dos municípios estudados, o tipo de amostra, as variáveis analisadas e os procedimentos gerais na coleta de dados podem ser encontrados nos trabalhos que precederam este estudo (Sousa 1981 e Silva 1981).

A análise utilizada no presente estudo é descritiva e baseada em porcentagens, médias, uso de gráficos, tabelas e testes simples de correlação.

As variáveis escolhidas para a análise são os indicadores de qualidade de vida da população rural do Rio Grande do Norte, tais como foram medidos nas pesquisas supracitadas. Esses indicadores são divididos em:

- Indicadores **condicionantes** da qualidade de vida
- Indicadores **inerentes** à qualidade de vida

Indicadores condicionantes

Indicadores condicionantes são aqueles que, na situação específica de pobreza e isolamento da população rural, condicionam o acesso des-

sas populações a um nível mais alto de qualidade de vida. Neste estudo, são considerados indicadores condicionantes o **nível de instrução**, o **grau de integração cívica** e a **renda familiar**. Parte-se do pressuposto de que o habitante do campo, com um bom nível de instrução, com renda adequada e com a posse da documentação necessária, está em condições de obter melhor qualidade de vida, de acordo com as expectativas da sua posição social.

A operacionalização dos indicadores condicionantes foi feita da seguinte maneira: **nível de instrução**, que se refere aos anos de instrução formal, ou equivalente, do chefe da família; **renda**, entendida como a renda familiar anual em US dólares, correspondente ao ano agrícola 1978-79; **integração cívica**, entendida como a posse dos oito documentos considerados básicos nas transações oficiais — carteira de identidade, CPF, conta bancária, escritura de propriedade, certidão de casamento, certidão de nascimento dos filhos, carteira de INPS e FUNRURAL.

Indicadores inerentes

Indicadores inerentes à qualidade de vida são aqueles que, de acordo com o marco teórico escolhido, determinam os parâmetros da qualidade de vida da população rural. Esses indicadores são: **consumo de proteína**, **consumo de calorias**, **condição habitacional**, **acesso aos serviços de saúde**, **posse de bens domésticos** e **disponibilidade de tempo para lazer**.

A operacionalização desses indicadores foi feita da seguinte maneira: Consumo de proteínas e calorias, entendido como o consumo “per capita” diário; condição habitacional, medida de um a cinco pontos: consiste na avaliação ponderada de teto, piso, paredes, uso de água, iluminação, ventilação, destino do lixo e destino dos dejetos humanos; acesso aos serviços de saúde, entendido como o acesso aos serviços previdenciários do chefe e dos membros da família, no ano agrícola 1978-79; posse de bens domésticos, entendida como a posse pela família de alguns ou todos os bens domésticos considerados básicos numa lista de 24 itens; disponibilidade de tempo para lazer: refere-se ao número de horas/ano disponíveis ao chefe da família no ano agrícola 1978-79, excluídas as horas de trabalho e descanso necessário.

Na operacionalização dos indicadores de qualidade de vida, tanto condicionantes como inerentes, os valores máximos atribuídos a esses indicadores correspondem ao limite considerado mínimo aceitável para a população rural. Para definir os limites mínimos aceitáveis, foram adotados critérios internacionais, — como no caso do consumo proteíco e calórico da FAO e da Organização Mundial da Saúde — e critérios convencionais, avaliados pelos técnicos da região.

Os limites considerados mínimos aceitáveis para cada indicador foram os seguintes:

Indicadores	Limite mínimo	Unidade
Instrução	8	Ano
Integração cívica	8	Documentos
Renda familiar/ano	1.000	U.S. dólares
Consumo de calorias "per capita"	3.200	Calorias/dia
Consumo de proteínas "per capita"	60	g/dia
Condição habitacional	5	Índice
Acesso aos serviços de saúde	6	Serviços oferecidos
Posse de bens domésticos	24	Itens da escala
Tempo para lazer	1.340	Horas/ano

Construção de indicadores comparáveis

Como os indicadores de qualidade de vida enumerados estão quantificados de acordo com diferentes medidas e critérios, faz-se difícil, se não impossível, a sua comparação direta de modo que se obtenha um perfil geral desses indicadores (Tabela 1). Para fazer possível a comparação direta, optou-se pela redução de tais medidas ao sistema decimal, criando-se um parâmetro de referência igual a 100, equivalente aos valores máximos de cada indicador.

Como os valores máximos de cada indicador foram concebidos como o limite mínimo aceitável de qualidade de vida da população rural, o parâmetro de referência expressa o limite mínimo aceitável da qualidade de vida da família rural (Fig. 2 e 3).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do presente trabalho estão assim distribuídos:

1) Nas Tabelas 2, 3 e 4, encontram-se os dados referentes a renda, instrução e componentes alimentares da população rural do Rio Grande do Norte;

2) nas Fig. 2 e 3, encontram-se os perfis comparativos dos indicadores de qualidade de vida nas categorias rurais do Rio Grande do Norte;

e

Parâmetro de referência

(mínimo calculado para determinar a qualidade de vida da região).

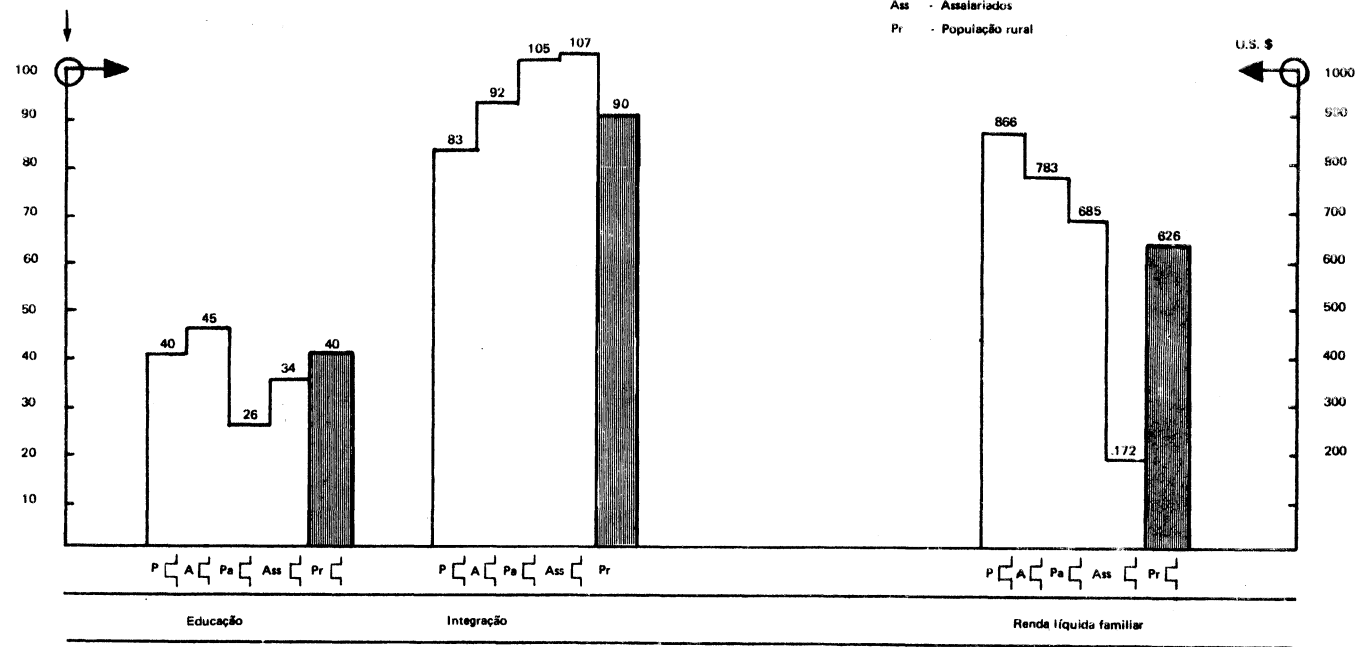


FIG. 2. Perfil dos indicadores considerados condicionantes à determinação da qualidade de vida nas categorias rurais do Rio Grande do Norte (1978-1979).

Parâmetro de referência

(mínimo calculado para determinar a qualidade de vida da região).

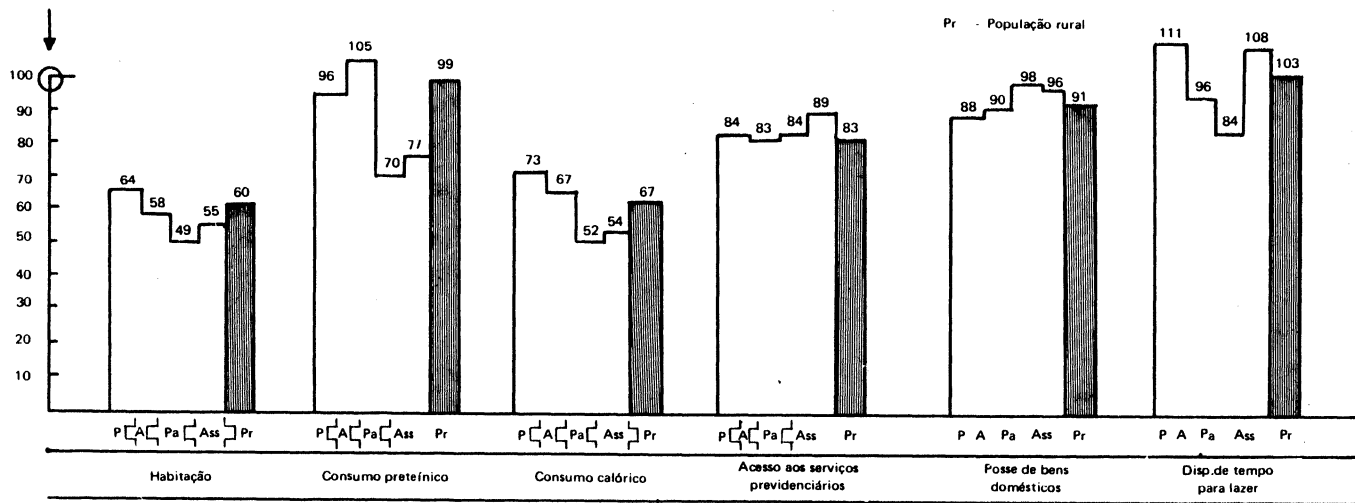


FIG. 3. Perfil dos indicadores considerados inerentes à qualidade de vida nas categorias rurais do Rio Grande do Norte (1978-1979).

TABELA 1. Valores agregados dos indicadores de qualidade de vida da população e das categorias rurais. Rio Grande do Norte - 1978/79.

Indicadores	Medida (Unidade)	População e categorias rurais				
		População rural	Proprietários	Arrendatários	Parceiros	Assalariados
Instrução	Anos	3,2	3,2	3,6	2,1	2,7
Integração cívica	Nº de documentos	7,2	6,6	7,3	8,4	8,5
Renda familiar	US\$	626	866	783	685	172
Consumo de proteínas	Gramas "per capita"	59,4	57	63	42	46,2
Consumo de calorias	Calorias "per capita"	2.244	2.336	2.144	1.664	1.728
Condições de habitação	Índice*	3,0	3,2	2,9	2,4	2,7
Acesso à saúde	Serviços recebidos	4,9	5,0	4,9	5,0	5,3
Posse de bens domésticos	Itens	21,8	21,1	21,6	23,5	23,0
Tempo de lazer	Horas/Ano	1.380	1.486	1.286	1.125	1.447

* Interpretação dos índices: 1 - Infra-humano. 2 - Ruim. 3 - Tendendo a regular. 4 - Regular. 5 - Bom.

TABELA 2. Composição da renda, em cruzeiros, e percentuais nas diversas categorias rurais do Rio Grande do Norte, 1978-79.

Composição da renda Renda proveniente de:	Assalariados		Parceiros		Arrendatários		Proprietários		Prop. rural
	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	
Salário familiar	2.530,40	56,30	1.026,04	4,18	2.546,87	2,85	1.897,01	2,16	
Agricultura	-	-	15.363,26	62,54	36.602,67	40,99	48.861,82	55,56	
Pecuária	48	1,07	1.918,10	7,81	39,278,12	43,98	17.320,30	19,69	
Derivados agropecuários	-	-	2.152,38	8,76	10.875,00	12,18	3.451,11	3,92	
Atividades extrativas	-	-	519,05	2,11	-	-	6.456,37	7,34	
Aluguéis	-	-	-	-	-	-	1.616,36	1,84	
Outras rendas agropecuárias	-	-	-	-	-	-	373,74	0,42	
Outras rendas de família	1.919,20	42,67	3.586,67	14,60	-	-	7.967,47	9,06	
	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	
Receita bruta	4.497,60	(100)	24.565,50	(100)	89.302,66	(100)	87.944,18	(100)	
Despesas na propriedade	12	0,2	6.763,57	27,53	68.946,81	77,20	65.418,46	74,38	
Receita líquida	4.485,60	99,8	17.801,93	72,46	20.355,85	22,80	22.525,72	25,62	16.292,27
Equivalente em US\$ 1979	172 -		- 685 -		- 783 -		- 626 -		

TABELA 3. Matriz de correlação (Rank Order Correlation Coefficient) dos indicadores de qualidade de vida nos diversos estratos da população rural do Rio Grande do Norte, 1979.

	Instrução	Integração cívica	Renda	Consumo proteínico	Consumo calórico	Condição habitacional	Acesso à previdência	Posse de bens domésticos	Tempo de lazer
Instrução	1,0	-0,45	0,48	0,97*	0,78	0,68	-0,56	-0,71	0,25
Integração cívica		1,0	-0,70	-0,50	-0,82	-0,55	0,60	0,80	-0,60
Renda			1,0	0,30	0,53	0,50	-0,75	-0,80	0,10
Consumo proteínico				1,0	0,68	0,60	-0,40	-0,30	0,10
Consumo calórico					1,0	0,97*	-0,20	-0,92*	0,68
Condição habitacional						1,0	-0,15	-0,90*	0,70
Acesso à previdência							1,0	0,46	0,46
Posse de bens domésticos								1,0	-0,60
Tempo de lazer									1,0

* Significativo a 10%.

TABELA 4. Percentual do nível de instrução dos chefes de família das categorias rurais do Rio Grande do Norte 1979.

Nível de instrução	Assalariados %	Parceiros %	Arrendatários %	Proprietários %	Pop. rural %
Analfabetos	44,0	57,0	31,0	26,0	34,0
Autodidatas*	28,0	19,0	25,0	40,0	34,0
Alfabetizados/Mobral	12,0	14,0	6,5	4,5	7,0
Primário 1 e 2 anos	8,0	5,0	6,0	8,5	7,5
Primário 3 e 4 anos	4,0	5,0	31,51	16,0	14,0
Secundário	4,0	-	-	3,0	2,0
Colegial	-	-	-	2,0	1,5
Amostra	25 (100)	21 (100)	16 (100)	99 (100)	161 (100)

* Aprenderam a assinar e ler rudimentarmente sem escola formal e sem Mobral.

3) na Tabela 5, vê-se a matriz de correlação de posição (Rank Order Correlation Coefficient) de todos os indicadores de qualidade de vida presentes no modelo.

TABELA 5. Composição semanal das fontes de calorias e proteínas nas famílias rurais do Rio Grande do Norte, 1979.

Fonte de nutrientes	Calorias		Proteínas	
	Unidades	%	Gramas	%
Cereais	8.023	9,2	205,6	6,8
Mandioca	9.032	10,6	36,2	1,2
Outras raízes (Amidos)	4.915 (13.974)	5,6 (16,2)	189,6 (225,8)	6,3 (7,5)
Açúcar	15.808	18,6	-	-
Feijão	25.480	29,8	1.601,6	53,6
Vegetais	700	0,1	61,2	2,6
Frutas	1.344	1,5	16,8	0,6
Folheáceas	48	0,1	2,4	-
Carnes	6.009	6,9	532,8	17,9
Pescado	352	0,1	51,2	1,7
Ovos	720	0,2	57,6	2,0
Leite (Alimentos de origem animal)	6.960 (14.041)	8,2 (15,4)	242,5 (884,1)	8,2 (29,90)
Gorduras	7.200	8,3	-	-
Bebidas	72	0,2	-	-
Café e chá	83	0,2	-	-
Totais	86.746	(100)	2.998	(100)

Renda

O proprietário tem a renda líquida familiar mais alta entre as categorias rurais do Rio Grande do Norte, seguido dos arrendatários e parceiros. Os assalariados detêm a renda mais baixa, com apenas 172 dólares anuais, renda equivalente a 20% da renda líquida familiar do proprietário (Fig. 2).

À exceção dos arrendatários, todas as outras categorias rurais precisam envolver as suas famílias em atividades, geralmente artesanais, com vistas a complementar a renda familiar. Essas atividades familiares remuneradas são particularmente importantes entre os assalariados, cuja remuneração anual, estritamente salarial, equivale apenas a US\$ 97,

montante abaixo da média dos países mais pobres da África e da Ásia. Os US\$ 74 provenientes de outras atividades familiares remuneradas não-salariais representam 42,67% da renda líquida familiar anual (Tabela 2). Sem essa contribuição do resto da família, a sobrevivência do assalariado rural seria inviável.

É possível que esse marco de referência salarial explique, em parte ou na sua totalidade, pelo menos com relação à categoria dos assalariados, o êxodo rural para as cidades. Pressupõe-se que o processo migratório das áreas rurais do Nordeste seja, na realidade, mais um processo de expulsão do campo que de atração por parte da cidade. Esse fato, no marco de referência de uma economia capitalista, constitui uma aberração, porquanto as relações de produção pré-capitalistas, como a parceria e o arrendamento, oferecem condições mais humanas de sobrevivência à população rural que o sistema salarial capitalista, pelo menos no Nordeste. Relacionando a renda com os outros indicadores, observa-se que a renda não se relaciona significativamente com habitação, alimentação e instrução (Tabela 3). Esse fato reveste-se de particular importância do ponto de vista do planejamento sócio-econômico, uma vez que a mera formulação de medidas que visem melhorar a renda familiar das áreas rurais mais pobres do País não resolveria, por si mesma, os problemas sociais dessas populações. Esse fato exige, por outra parte, um grande esforço para identificar as áreas por onde as soluções globais deverão ser planejadas e iniciadas. É possível que o problema alimentar, tido por todos os analistas sócio-econômicos como crítico, deva ser trazido de fato ao primeiro plano das políticas sócio-econômicas do País. Possivelmente, uma melhor alimentação da população rural fornecerá as condições indispensáveis para um potencial "take off" na promoção humana dessas populações. São relevantes, nesse sentido, os comentários de Ward & Sanders (1978).

"Na última década, a política agrícola brasileira tem sido orientada principalmente para os fazendeiros maiores. Esta política tem sido defendida com base no aumento das exportações agrícolas e como meio mais eficiente de alocação dos escassos recursos de pessoal de extensão agrícola, crédito e subsídios. Similarmente, a acentuada assimetria na distribuição de rendas no Brasil, ocorrida nos anos recentes de mais rápido crescimento econômico, tem sido defendida como um primeiro passo necessário ao processo de desenvolvimento, a fim de maximizar as "taxas de poupança" e dar altos retornos para o escasso talento administrativo e empresarial.

O problema deste tipo de crescimento econômico é que uma excessiva concentração no capital físico pode resultar em investimento insufi-

ciente ou mesmo na deteriorização de capital humano. Esse investimento insuficiente de capital humano pode ser o resultado de uma nutrição inadequada, ou de falta de saúde pública ou escolaridade. Por sua vez, pesquisas recentes têm indicado que uma nutrição inadequada pode resultar em danos irreparáveis para o desenvolvimento normal, reduzindo ou eliminando os retornos de outros tipos de investimento no capital humano, tais como educação ou treinamento no trabalho". (Ward & Sanders 1978).

O tipo de relação de produção pré-capitalista mais freqüentemente encontrado no Nordeste é a parceria. Ela constitui, mesmo no contexto da pobreza rural crônica, uma situação mais favorável que o trabalho assalariado. A renda líquida familiar do parceiro é de US\$ 685 anuais, dos quais US\$ 138, equivalentes aos 20 por cento, são obtidos de atividades artesanais e não-agrícolas.⁴ Por outro lado, as despesas com os custos de produção atingem 25 por cento da sua receita bruta, despesas relativamente modestas, se comparadas com as despesas de produção dos proprietários (74 por cento) e dos arrendatários (77 por cento) sobre a receita total (Tabela 2).

A parceria no Rio Grande do Norte pode ser considerada, ainda, como uma atividade de caráter fundamentalmente agrícola que representa uma opção mais humana que o emprego assalariado.

Instrução

O analfabetismo entre os produtores rurais do Rio Grande do Norte atinge 34 por cento, apresentando o estrato dos proprietários o nível mais baixo de analfabetismo, 26 por cento, e os parceiros e assalariados o nível mais alto, com 57 e 44 por cento, respectivamente. Somente 3,5% dos produtores rurais têm algum estudo secundário ou colegial (Tabela 4).

O papel do MOBRAL na alfabetização dos produtores rurais é de pequena expressão. Somente sete por cento dos produtores rurais são atingidos pelos programas do MOBRAL e apenas um por cento desses produtores termina o programa integralmente. Na sua modesta atuação, o MOBRAL beneficia um pouco mais os parceiros e assalariados, atingindo 14 e 12 por cento deles, respectivamente.

Há, no Rio Grande do Norte, uma categoria típica de alfabetizados, os autodidatas, que aprendem os rudimentos da leitura e da escrita sem freqüentar a escola institucional. Os autodidatas são geralmente alfabete-

⁴ Os assalariados obtêm 43% de sua renda líquida de atividades artesanais e outros serviços de caráter não-agrícola.

tizados por membros mais esclarecidos da família, principalmente pelas filhas maiores. Os autodidatas representam 34 por cento dos chefes de família do meio rural, liderando a categoria os proprietários com 40 por cento (Tabela 4).

Se se comparar a instrução com os outros indicadores da qualidade de vida, observar-se-á que ela está significativamente relacionada com o consumo proteínico e que, embora não esteja relacionada significativamente com o consumo calórico, o coeficiente de correlação é, mesmo assim, alto (Tabela 3). A correlação da instrução com os hábitos alimentares da população pode ser interpretada como positiva para promover a população rural, visto que por meio da instrução poder-se-ia iniciar a solução do problema nutricional, o mais grave e urgente da população rural do País.

Em relação aos outros indicadores da qualidade de vida, a instrução não apresenta associação de relevância estatística. Essa evidência vem confirmar o fato de que nos estratos mais pobres da população a instrução não está necessariamente associada com a renda nem com as condições habitacionais, como acontece na classe média e alta da sociedade. Esse fato evidencia a necessidade de atacar o problema da renda e da pobreza, de modo geral, por mecanismos diferentes da instrução institucional vigente. O sistema atual de instrução rural, nos moldes urbanos e desvinculada das necessidades específicas do meio rural, pouco contribui para a promoção individual e familiar do habitante do campo.

Nutrição

As fontes de alimentação do Rio Grande do Norte são variadas, embora sejam poucos os alimentos com significado nutricional de importância. Os tubérculos, incluindo a mandioca, representam 16,2 por cento das fontes calóricas e 7,5 das fontes protéicas. O açúcar e a rapadura representam 18,6 por cento das fontes de calorías, enquanto os cereais, incluindo o milho, representam 9,2 por cento das fontes calóricas e 6,8 por cento das proteínas. Os alimentos de origem animal contribuem com 15,4 por cento das calorías e 29,90 por cento das proteínas. O feijão destaca-se como o alimento mais importante da dieta do Estado, fornecendo 25,5 por cento das calorías e 53,6 por cento das proteínas.

As proteínas de origem animal, as mais importantes na sustentação e desenvolvimento orgânico, representam menos da terceira parte das proteínas ingeridas pela população rural. Mais de dois terços das proteínas consumidas pela população rural são de origem vegetal, sendo mais da metade proveniente do feijão (Tabela 5).

As variações na produção e comercialização do feijão repercutem direta e profundamente na estrutura alimentar do Rio Grande do Norte. A escassez desse alimento coloca em sério perigo a sobrevivência física de tais habitantes.

A diminuição da produção de feijão tem sido detectada como consequência da nova ênfase dada à expansão das culturas energéticas e de exportação (Globo, 1981). Essa tendência projetada, em futuro próximo, elementos de preocupação quanto à alimentação da população rural, porquanto não se percebem alternativas viáveis para substituir as proteínas provenientes do feijão. Os produtos de origem animal são cada vez menos acessíveis às economias dessas populações, e os cereais, que poderiam ser uma fonte alternativa de proteína, representam muito pouco no estoque alimentar da população rural. A soja, como produto de exportação de importância, é cultivada mais nos Estados do Sul e dificilmente será um fornecedor de proteínas para as populações do Nordeste.

Estudos na área nutricional confirmam as preocupações sobre a alimentação do Nordeste. Ward & Sanders (1978) mostram um quadro perturbador referente à alimentação nordestina, e a presente pesquisa, utilizando uma metodologia diferente da utilizada por Ward & Sanders, chega às mesmas conclusões básicas. A pesquisa mostra que as famílias dos parceiros consomem 70 por cento do mínimo requerido de proteínas; de acordo com os padrões indicados pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde, os assalariados consomem 77 por cento do mínimo requerido, e somente os proprietários e arrendatários consomem proteínas próximas aos padrões recomendados pela FAO e pela OMS (Tabela 1).

O consumo de proteínas reveste-se de um caráter mais agudo, quando é analisado paralelamente ao consumo calórico. As famílias de proprietários e arrendatários, de padrões alimentares mais altos, consomem 73 e 67 por cento, respectivamente, das calorias consideradas pela FAO e pela OMS como mínimos para indivíduos com atividades físicas. As famílias de parceiros e assalariados consomem 52 e 54 por cento, respectivamente, ou seja, a metade do mínimo necessário (Tabela 1). A população rural como um todo — de maneira mais dramática as famílias de parceiros e assalariados —, deve tirar uma parte do seu já minúsculo estoque proteínico para amenizar as deficiências calóricas. Os efeitos da alimentação deficiente na saúde, na produtividade, no trabalho e na constituição orgânica da população rural são diretos e profundos. À deficiente alimentação deve-se atribuir, parcialmente, a condição de subdesenvolvimento da região. A fome crônica provoca nos indivíduos um estado de desmotivação e flacidez, característico das anemias

profundas (Viteri 1974, Baker 1979). Nessas condições, perde-se o entusiasmo pelos interesses domésticos e pela superação pessoal. Não deixa de ser eloqüente o fato de o consumo calórico estar positiva e significativamente relacionado com as condições habitacionais (Tabela 3). A motivação de indivíduos mais bem alimentados reflete-se logo na vontade de ter um lar com melhores condições para viver. Nesse contexto, faz sentido acreditar, como já se comentou anteriormente, que a decolagem para o desenvolvimento e para a promoção familiar deverá iniciar-se na mesa do produtor rural.

Condições habitacionais

Considerando um índice de cinco pontos, a média das famílias rurais de Rio Grande do Norte atingiu o nível três.

O nível três representa uma habitação construída com material inadequado, com ventilação deficiente, iluminação à base de querosene ou carbureto de cálcio, dejetos humanos e lixo geralmente enterrados, embora possam permanecer ao ar eventualmente, suprimento de água sem tratamento e de limpeza duvidosa. Abaixo do nível três estão os parceiros, com 2,4, e os assalariados, com 2,7. Para essas duas categorias, as condições habitacionais são ainda mais precárias, tendendo a infra-humanas.

Relacionando as condições habitacionais com os outros indicadores da qualidade de vida, observa-se uma correlação significativa e positiva, já comentada antes, com o consumo calórico e correlação significativa e negativa com a posse de bens básicos. Presume-se que as condições habitacionais, entendidas como a moradia em si, não acompanhem a posse de bens domésticos, mobília e utensílios de cozinha. O acondicionamento material da casa parece ter, no contexto cultural rural, um valor diferente do geralmente encontrado nas classes sociais mais afluentes.

Embora não seja significativa, observa-se uma correlação alta entre as condições habitacionais e o tempo de lazer. Essa correlação poderia ser entendida como se o interesse por uma moradia melhor fosse acompanhado pela maior valorização do tempo de lazer. Essa inferência, no entanto, precisa de uma maior verificação.

Integração cívica

Em todas as categorias rurais, a posse de documentos é relativamente alta; as categorias mais pobres, parceiros e assalariados, são as que têm o maior número de documentos oficiais. Embora a posse de documentos ajude a manter os canais oficiais abertos às reclamações e ao acesso a be-

nefícios institucionais, tais como previdência, aposentadoria, acidentes de trabalho etc., o seu significado real para a promoção familiar e pessoal do produtor rural é tão duvidosa que, na prática, aparece como um prêmio de consolação à pobreza rural. Na verdade, a integração cívica não se relaciona de forma significativa com nenhum outro indicador da qualidade de vida da população rural. Possivelmente, ela deverá ser importante no contexto de um modelo econômico que vise seriamente a erradicar a pobreza do meio rural.

Outros indicadores de qualidade de vida

Os indicadores de qualidade de vida: acesso à previdência, posse de bens básicos e tempo de lazer não ofereceram diferenças significativas entre os diversos estratos rurais, nem se associaram significativamente — à exceção da posse de bens domésticos, que apresentou associação significativa, porém negativa — com consumo calórico e condições habitacionais. Tais indicadores, para a realidade do Rio Grande do Norte, não são capazes de caracterizar, menos ainda de definir, a qualidade de vida rural do Estado.

CONCLUSÕES

Do ponto de vista metodológico, o método proposto neste trabalho para estudar a qualidade de vida oferece base e versatilidade para desenvolver uma análise fácil e relevante dos indicadores selecionados no modelo. O método facilita também a comparação entre diversas categorias de uma mesma região e não há razão para duvidar da validade do método para comparar a qualidade de vida entre regiões diferentes, estados e países.

Especificamente, o método permitiu detectar o problema alimentar como o aspecto mais sério da qualidade de vida do Rio Grande do Norte, bem como focalizar o sistema de instrução institucional, incluindo o MOBRAL como um sistema inoperante em quase toda sua extensão. Observou-se que a integração cívica no modelo econômico atual pouco tem contribuído para a promoção pessoal e familiar do produtor rural e que a renda do assalariado constitui um fenômeno aberrante com relação à penetração do capitalismo no campo. A análise ajudou a descobrir que as condições habitacionais são precárias e que só podem vir a ser melhoradas com o interesse do produtor rural mediante uma melhor alimentação.

Finalmente, o método parece aceitar uma maior sofisticação com a incorporação de outros tipos de análises estatísticas, especificamente a análise fatorial.

REFERÊNCIAS

- BAKER, S.J. & DE MAEYER, E.M. Nutritional anemia: its understanding and control with special reference to the work of WHO. *Am. J. Clin. Nutr.*, **32**:368-417, Feb. 1979.
- BUTTLE, F.H. et alii. The social bases of agrarian environmentalism: a comparative analysis of New York and Michigan farm operators. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA, 5., México, 1980. *Anais...* México, 1980. p.41-2.
- COUGHENOUR, C.M. & CHRISTERSON, J. Is life on the small farm beautiful? Agricultural structure and the quality of life in the United States. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA, 5., México, 1980. *Anais...* México, 1980. p.42-3.
- NAESS, S. La qualité de la vie et l'exploitation agricole marginale en Norvege. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA, 5., México, 1980. *Anais...* México, 1980. p.44-5.
- BRASILEIRO já substitui feijão por pão e macarrão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 abril 1981. p.13.
- SOUSA, O.N. *Fatores sócio-econômicos e situação nutricional de famílias de proprietários rurais do Estado do Rio Grande do Norte*. Viçosa, Imprensa Universitária da Universidade Federal de Viçosa, 1980. 70p. (Tese M.S.).
- SPENCE, J.T. *Elementary statistics*. New York, Appleton Century, 1968. 245p.
- VITERI, F.E. Definition of the nutritional problem in the labor force. In: SCRIMS (TAW N.S. & BEHAR, M. *Nutritional and agricultural development*). New York and London, Plenum Press, 1974. 87p.
- WARD, J.O. & SANDERS, J.H. Nutrição, renda e tecnologia nova para pequenos agricultores no Nordeste brasileiro: algumas inter-relações sugestões de políticas. *R. Econ. rural*, Brasília, **16**(3):97, jul./set., 1978.
- WHITAKER, C.B. *Psicologia aplicada à administração de empresa*. São Paulo, Atlas, 1975.